

Harmonisation, Quality Assurance
and Accreditation in Africa



Fase Piloto do ACTS

MÓDULO FINAL

Desenvolvimento de roteiros nacionais de mobilidade académica e reconhecimento



ASSOCIATION OF AFRICAN UNIVERSITIES
ASSOCIATION DES UNIVERSITÉS AFRICAINES
اتحاد الجامعات الأفريقية



Deutscher Akademischer Austauschdienst
German Academic Exchange Service



A. O CONTEXTO	1
Por que isto é importante.....	1
Âmbito: o que significa reconhecimento neste exercício	2
Porque é que os roadmaps são importantes.....	3
Como os roteiros irão informar a próxima fase do ACTS	3
B. ROTEIROS NACIONAIS: O EXERCÍCIO DE REDAÇÃO.....	4
Como completar as quatro secções.....	5
Exemplos práticos / estudos de caso.....	6
Colaboradores e a futura comunidade ACTS.....	6
Dicas para desenvolver o roteiro nacional	7
Cronologia	7

O Módulo Final marca a fase de consolidação do programa online no âmbito da Fase Piloto HAQAA3 ACTS. Com base nas reflexões desenvolvidas ao longo dos Módulos 1–3 sobre créditos académicos e currículos, mobilidade e transferência de créditos, e práticas de reconhecimento, reúne os países e instituições participantes para desenvolver roteiros nacionais de mobilidade académica e reconhecimento.

O exercício visa construir consenso em torno de um número limitado de prioridades nacionais e ações práticas para melhorar a mobilidade académica, a acumulação e transferência de créditos, bem como o reconhecimento de estudos parciais / períodos de estudo. Incentiva as equipas nacionais a identificar o que pode ser realisticamente reforçado, que atores devem estar envolvidos e onde a cooperação regional ou continental pode acrescentar valor, respeitando a diversidade e especificidades dos sistemas de ensino superior africanos e promovendo a reciprocidade e a garantia de qualidade.

O roteiro é concebido como uma reflexão prática conjunta, em vez de uma estratégia nacional abrangente, plano formal de implementação ou compromisso político. Destina-se a fornecer uma base para discussões e ações políticas nacionais, regionais e continentais adicionais.

Não existem novos materiais de estudo, vídeos ou atividades de reflexão escrita neste módulo. A sua atividade final consiste na preparação do roteiro nacional utilizando o modelo fornecido e o trabalho já realizado durante o programa piloto online do ACTS.

A. O CONTEXTO

POR QUE ISTO É IMPORTANTE

A Agenda 2063 da União Africana (UA) foi adotada em 2013 como um documento-quadro para orientar o continente rumo à integração, prosperidade e paz durante o período de 50 anos que termina em 2063. Entre as sete grandes aspirações incluídas

no documento destaca-se a insistência na livre circulação de pessoas e na integração económica através de mecanismos como a Área de Comércio Livre Continental Africano, e na libertação do potencial das mulheres e jovens.

Estas preocupações são bem compreendidas quando colocadas no contexto. Os 1,6 mil milhões de africanos de hoje tornar-se-ão 2 mil milhões em 2036, representando 22% da população mundial. A idade mediana em África é de 19,3 anos, e 75% dos africanos têm menos de 35 anos, constituindo potencialmente o maior ativo do continente, uma possível chave para o crescimento económico, inovação e desenvolvimento sustentável, se estiverem bem formados e equipados com as competências certas. Permitir que os jovens africanos estudem, desenvolvam competências e atravessem fronteiras nacionais é, portanto, essencial para construir o capital humano, as redes profissionais e a compreensão mútua necessárias para avançar na integração continental e concretizar as oportunidades oferecidas pela Área de Comércio Livre Continental Africana.

É por isso que as iniciativas educativas constituem hoje uma prioridade absoluta para o continente e por isso foi criada a CESA (Estratégia Continental de Educação para África) para supervisionar a integração das iniciativas educativas da UA. Atualmente, no seu segundo plano de ação, a CESA 26–35 baseia-se nos objetivos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS4) para promover a política educativa da UA. O ensino superior tem um papel particularmente estratégico nesta agenda, através do desenvolvimento de competências avançadas, capacidades de investigação e inovação, e da formação de profissionais capazes de contribuir para a transformação económica e cooperação em todo o continente. Facilitar a mobilidade académica e o reconhecimento da aprendizagem além-fronteiras é uma condição importante para o cumprimento deste papel.

Adicionalmente, a UA endossou o Quadro Pan-Africano de Garantia e Acreditação da Qualidade (PAQAF) para facilitar a mobilidade de estudantes e funcionários, promovendo a integração através de padrões comuns de qualidade, acreditação e reconhecimento de graus. O Sistema Africano de Transferência de Créditos (ACTS) é uma das principais áreas de ação da PAQAF, abordando a comparabilidade, acumulação e transferência de créditos académicos e o reconhecimento dos períodos de estudo. Esta ambição continental está alinhada com as iniciativas perseguidas pelas Comunidades Económicas Regionais (REC) para desenvolver sistemas de acumulação e transferência de créditos adaptados aos respetivos contextos regionais. Um contributo ativo para esta dinâmica tem sido a iniciativa de Harmonização, Garantia de Qualidade e Acreditação no Ensino Superior Africano (HAQAA), financiada pela UE, agora na sua terceira fase. O ACTS é um dos cinco pilares da HAQAA3, que tem trabalhado para promover o desenvolvimento de valores comuns através da mobilização de partes interessadas africanas em governos e universidades, tanto a nível nacional como regional.

ÂMBITO: O QUE SIGNIFICA RECONHECIMENTO NESTE EXERCÍCIO

O reconhecimento pode referir-se a diferentes questões e processos políticos.

No contexto específico do ACTS, este roteiro foca-se no reconhecimento académico dos estudos parciais / períodos de estudo realizados no contexto da mobilidade estudantil, particularmente ao nível de licenciatura.

O exercício pretende, portanto, clarificar como, para tornar possível a mobilidade estudantil, o sistema de acumulação e transferência de créditos académicos pode ser utilizado pela instituição de origem para reconhecer estudos parciais concluídos noutros locais.

Não pede aos países que desenvolvam um roteiro geral para o reconhecimento de qualificações plenas ou para reconhecimento profissional.

PORQUE É QUE OS ROADMAPS SÃO IMPORTANTES

Cada roteiro nacional deve, em primeiro lugar, ser útil para o país que o desenvolve. Proporciona uma forma concisa de reunir as perspetivas das autoridades nacionais, instituições de ensino superior e outros intervenientes relevantes, traduzindo o trabalho do Piloto em pequenas prioridades e possíveis próximos passos.

O seu valor coletivo é igualmente importante. Lidos em conjunto, os roteiros fornecerão evidências sobre desafios comuns, condições favoráveis, práticas existentes e áreas onde é necessária cooperação regional ou continental. Por esta razão, a contribuição de cada país participante é importante: o panorama continental só pode emergir da diversidade de experiências nacionais.

Um exercício nacional com um propósito continental

Os roteiros nacionais não são produtos finais isolados. Juntos, ajudarão a identificar o que é necessário para que o ACTS responda a diferentes contextos nacionais, ao mesmo tempo que apoia maior transparência, compatibilidade e confiança entre os sistemas africanos de ensino superior.

COMO OS ROTEIROS IRÃO CONTRIBUIR PARA A PRÓXIMA FASE DO ACTS

Após a sua submissão, os roteiros nacionais serão revistos pela Equipa de Especialistas da ACTS, com feedback fornecido aos pontos focais nacionais onde seja necessário um aperfeiçoamento adicional.

Os roteiros e as experiências geradas através do Piloto irão contribuir para:

- O Guia do Utilizador do ACTS, identificando experiências práticas, desafios e apoio, deve ser abordado num guia continental.
- A Rede de Embaixadores da ACTS, identificando colaboradores ativos que possam apoiar a troca, divulgação e acompanhamento entre pares. Os Embaixadores da ACTS serão reconhecidos e convidados para uma reunião de lançamento em meados de 2027, onde serão discutidos os roteiros e desenvolvidas estratégias de seguimento e monitorização.
- O Espaço Virtual ACTS, onde os materiais, exemplos e resultados do projeto-piloto permanecerão disponíveis para outros países e instituições.
- Um compêndio de roteiros nacionais, reunindo os resultados do exercício para uma maior disseminação.
- Programas da Comissão Europeia, particularmente o Programa de Mobilidade Académica Intra-África (MOBAF) e iniciativas relevantes como o Study and Research in Africa.

- Processos políticos da União Africana e regionais, através de contribuições para o Cluster de Ensino Superior da CESA e apresentações em eventos ministeriais relevantes das Comunidades Económicas Regionais (REC), quando relevante.

B.ROTEIROS NACIONAIS: O EXERCÍCIO DE REDAÇÃO

O roteiro deve ser desenvolvido como uma reflexão nacional conjunta. As autoridades nacionais devem coordenar o exercício, mas as instituições de ensino superior são contribuintes essenciais porque são os principais atores na garantia de como a mobilidade, transferência de créditos e reconhecimento funcionam na prática. Organismos de garantia de qualidade ou de qualificação, representantes estudantis e outros intervenientes relevantes também podem contribuir quando apropriado.

Os países não precisam de criar uma nova estrutura formal para este exercício. Podem utilizar o grupo de autoridades, instituições e especialistas já envolvidos no Piloto ACTS e organizar o trabalho da forma mais prática no seu contexto.

Os roteiros nacionais serão desenvolvidos em três fases:

Antes da sessão conjunta ao vivo a 10 de novembro	As seleções nacionais são convidadas a preparar as Secções 1 e 2 do roteiro: <i>Onde estamos agora?</i> e <i>Para onde queremos ir?</i> Estas secções não precisam de ser submetidas antecipadamente.
Durante a sessão ao vivo a 10 de novembro	Cada equipa nacional terá um espaço dedicado durante a sessão ao vivo para apresentar o seu diagnóstico inicial, principais desafios e prioridades emergentes. A sessão conjunta em direto a 10 de novembro proporcionará uma oportunidade para discutir estas perspetivas nacionais em conjunto e ligá-las à próxima fase da ACTS. A sessão será liderada pelo Prof. Wail Benjelloun, juntamente com os especialistas que irão orientar a preparação do Guia do Utilizador do ACTS. Com base nas questões que emergem das contribuições nacionais, fornecerão orientações para a preparação das Secções 3 e 4: <i>Como lá chegaremos?</i> e <i>O que requer cooperação para além do nível nacional?</i>
Após a sessão ao vivo a 10 de novembro	As seleções nacionais devem completar as Secções 3 e 4 e finalizar o roteiro completo. Precisa de apoio? A Equipa HAQAA e os Especialistas ACTS permanecerão disponíveis durante todo este período para que, sempre que necessário, possam ser organizadas reuniões virtuais nacionais

O quê, como e quando submeter	com autoridades, instituições de ensino superior participantes e outros intervenientes relevantes para discutir questões específicas, reunir perspetivas nacionais e institucionais e apoiar a preparação do roteiro. 1 roteiro nacional completo + Anexo 2 (contribuintes e pessoa de contacto). Exemplos práticos / estudos de caso do Anexo 1: opcionais e incentivados. A submissão é esperada através do site da ACTS. Prazo: sexta-feira, 27 de novembro de 2026
O que acontece após a submissão	Após a submissão, a Equipa de Especialistas do ACTS realizará uma revisão técnica dos roteiros. Quando necessário, será fornecido feedback para clarificar ou desenvolver ainda mais o contributo nacional. A evidência coletiva gerada através dos roadmaps irá alimentar diretamente a preparação do Guia do Utilizador do ACTS, que se espera ser validado coletivamente num grande evento de políticas do ACTS em 2027. Os principais colaboradores do Piloto serão convidados a participar nesta próxima fase e a juntar-se à Rede de Embaixadores da ACTS, que será lançada em ligação com este processo.

COMO COMPLETAR AS QUATRO SECÇÕES

Secção 1. Onde estamos agora?

Forneça um ponto de partida partilhado conciso. No que diz respeito à facilitação da mobilidade estudantil através do uso de um sistema de acumulação e transferência de créditos académicos para o reconhecimento de estudos parciais concluídos noutra instituição, identifique o que já existe a nível nacional, como funciona na prática nas instituições e os principais desafios. Não tente descrever todo o sistema nacional. Os desafios podem estar relacionados com regulamentação, procedimentos, coordenação, informação, capacidade, confiança, recursos ou condições práticas de mobilidade.

Secção 2. Para onde queremos ir?

Identificar um máximo de cinco prioridades nacionais. As prioridades devem refletir o que faria a maior diferença prática e podem basear-se nas práticas existentes, em vez de exigirem arranjos totalmente novos. Explique brevemente porque cada prioridade é importante no contexto nacional.

Secção 3. Como chegamos lá?

Traduza as prioridades num pequeno número de ações práticas. Identifique quem deve estar envolvido, um prazo indicativo a curto, médio ou longo prazo, e os ativos ou apoios adicionais existentes que possam ajudar. Isto não é um plano formal de implementação: orçamentos, indicadores detalhados, marcos e compromissos institucionais formais não são necessários.

Secção 4. O que requer cooperação para além do nível nacional?

Identificar questões que beneficiariam da cooperação regional ou continental. Considerar onde princípios comuns, informação compatível, ferramentas partilhadas, aprendizagem entre pares ou uma confiança mais forte entre sistemas e instituições poderiam facilitar a mobilidade e o reconhecimento. Indicar como a ACTS, as suas ferramentas ou a sua comunidade poderiam contribuir.

EXEMPLOS PRÁTICOS / ESTUDOS DE CASO

As instituições de ensino superior e outras organizações participantes são incentivadas a acrescentar exemplos concretos que mostrem como a mobilidade académica, a transferência de créditos ou o reconhecimento de estudos parciais funcionam na prática. Estes exemplos são **opcionais**, e os países podem incluir tantos quantos considerarem úteis.

Um exemplo de prática não precisa de ser um estudo de caso formal ou uma história de sucesso. Pode descrever uma prática estabelecida, uma solução útil ou uma dificuldade que uma instituição está atualmente a tentar abordar. O objetivo é tornar visível a realidade prática por trás do roteiro nacional e identificar experiências das quais outras instituições ou países possam aprender.

Quando aplicável, as instituições podem também partilhar documentos públicos, procedimentos, modelos ou outras ferramentas que ilustrem o exemplo. Casos particularmente úteis podem informar o Guia do Utilizador do ACTS ou ser partilhados através do Espaço Virtual do ACTS.

COLABORADORES E A FUTURA COMUNIDADE ACTS

O Anexo 2 do modelo é uma parte essencial do exercício. Os países devem listar as pessoas e instituições que contribuíram para a preparação do roteiro e identificar uma pessoa de contacto para o futuro acompanhamento do ACTS. Isto é importante tanto para reconhecer o esforço nacional conjunto como para identificar a comunidade de profissionais e partes interessadas que podem continuar o processo após o Piloto. Estes contribuintes servirão de base para a futura Rede de Embaixadores do ACTS, ligando pessoas com experiência prática na utilização para mobilidade estudantil de um sistema de acumulação e transferência de créditos académicos para reconhecimento de estudos parciais concluídos noutra instituição. Note que os futuros Embaixadores do ACTS são obrigados a contribuir para este exercício, como parte dos critérios para a atribuição do estatuto.

DICAS PARA DESENVOLVER O ROTEIRO NACIONAL

O roteiro deve basear-se nas reflexões, discussões e evidências geradas durante os Módulos 1–3. Não é necessário realizar novas pesquisas ou consultas. As seguintes dicas podem orientar as equipas nacionais:

- **Construa sobre o que já existe.** Revisite as conclusões dos Módulos 1–3 e identifique os quadros nacionais existentes, práticas institucionais, ferramentas e experiências que poderiam ser reforçados, ligados ou adaptados.
- **Ligar política e prática.** Considerar como as regras e quadros nacionais operam na prática, reconhecendo que a implementação pode variar entre instituições e que práticas institucionais úteis podem existir mesmo onde os arranjos nacionais são limitados.
- **Mantenha o percurso da mobilidade estudantil em foco.** Considere como os créditos são acumulados e transferidos, e como os períodos de estudo realizados noutros locais podem ser reconhecidos para o programa de um estudante na sua instituição de origem, desde o planeamento da mobilidade até ao reconhecimento académico.
- **Priorize o progresso viável.** Selecione um número limitado de questões onde a melhoria faria uma diferença prática. Para cada prioridade, identifique ações realistas, atores relevantes, prazos indicativos e recursos ou apoio disponíveis.
- **Tornar as responsabilidades visíveis.** Identificar as contribuições necessárias das autoridades nacionais, instituições de ensino superior, organismos de garantia de qualidade e qualificações, estudantes e outros intervenientes relevantes.
- **Procure a interoperabilidade, não a uniformidade.** Identifique como a transparência, a compatibilidade e a confiança mútua podem ajudar diferentes sistemas a trabalharem em conjunto, respeitando a diversidade nacional e institucional.
- **Identificar oportunidades para cooperação regional e continental.** Destacar barreiras que não possam ser abordadas a nível nacional e onde ferramentas comuns, princípios partilhados ou aprendizagem entre pares possam acrescentar valor.
- **Documente os contribuintes e práticas úteis.** Registre todos os envolvidos no desenvolvimento do roteiro e, quando relevante, inclua exemplos institucionais concretos ou estudos de caso que possam informar o desenvolvimento futuro do ACTS.

CRONOLOGIA

Data	Tarefa
Antes de 10 de novembro	Preparar o roteiro das Secções 1 e 2 (<i>Onde estamos agora? / Para onde queremos ir?</i>). Não é necessária submissão prévia.
10 de novembro	Sessão conjunta ao vivo: apresentações nacionais, discussão coletiva e orientação especializada para as Secções 3 e 4.

11–26 de novembro	Completar as Secções 3 e 4 e finalizar o roteiro. Reuniões virtuais nacionais de apoio disponíveis mediante pedido.
27 de novembro	Prazo de submissão: roteiro concluído + Anexo 2 obrigatório (contribuintes e pessoa de contacto). Anexo 1 (estudos de caso) opcional. Submeter através do site da ACTS .
Após a submissão	Revisão técnica pela Equipa de Especialistas do ACTS e feedback quando necessário.
2027	Desenvolvimento do Guia do Utilizador do ACTS e validação coletiva num grande evento político; envolvimento dos principais colaboradores e lançamento da Rede de Embaixadores do ACTS.